CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESTADO DE MINAS GERAIS.

Prof. Carlos Henrique de Carvalho – UFU

A proposta desta mesa é debater a situação da Ciência, Tecnologia e Inovação para a formulação de políticas públicas para o estado de Minas Gerais. Nesse sentido, é necessário estabelecer um novo paradigma de financiamento à pesquisa e de relação da produção do conhecimento sobre a educação mineira, tendo por objetivo propor ações efetivas que visem o estabelecimento de um plano estratégico de produção do conhecimento para a melhoria da Educação Básica no estado.

Entre as questões que mais preocupam aqueles que lidam com a educação encontram-se aquelas ligadas à qualidade da educação oferecida à população escolar, o que é amplificado pelos resultados dos exames internacionais tipo PISA, ou nacionais, como Prova Brasil, Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). Tais resultados não têm ratificado desempenho adequado dos estudantes que frequentam os sistemas de ensino brasileiros. Por outro lado, as críticas constantes dos setores econômicos relacionadas também à qualidade dos professionais que adentram o mercado de trabalho colocam mais um elemento de pressão sobre os responsáveis pela educação, tanto no interior das salas de aula como nos gabinetes dos que planejam e implementam as propostas de reforma da estrutura educativa e do seu financiamento.

Para assegurar a educação como um direito de todos, houve uma maior definição dos marcos legais garantidores da efetivação e da efetividade do direito à educação pública de qualidade, o que remonta, sobretudo, à promulgação da Constituição de 1988, da LDB de 1996 até chegarmos às emendas sofridas pela nossa Carta Maior e àquelas infraconstitucionais no interior da própria Lei de Diretrizes e Bases nos últimos anos. Neste âmbito, no entanto, a novidade foi a aprovação e publicação do Plano Nacional de Educação, lei n. 13.005/2014, que, com suas 20 metas e estratégias, visa criar condições para um efetivo estabelecimento de um Sistema Nacional de Educação no Brasil.

Também no campo da pesquisa em educação podemos identificar muitos avanços. Em Minas, os pesquisadores da educação desenvolvem estudos no sentido de identificar os dilemas da educação Básica em nosso estado. Entre outros estudos, muitos se articulam-se às problemáticas de âmbito macrorregional e municipal, que remetem para as características formativas de cada região, isto é, a forma de organização política, as motivações para a criação das instituições escolares, bem como das disciplinas e das práticas de ensino. Além disso, há várias instituições de pesquisa que articulam tais pesquisadores e modos diversos de publicação dos resultados das investigações realizadas. A par disso, não menos importante, é o papel fundamental de tais Programas e Pesquisadores no estabelecimento, na operacionalização e na avaliação de políticas e ações no âmbito da educação básica.

Ressalte-se, ainda, que há um reconhecimento do conjunto da sociedade, aí incluída a própria comunidade científica, da importância da educação, sobretudo básica, para a garantia de um desenvolvimento econômico e social sustentável e na formação de cidadãos e trabalhadores que atuem no fortalecimento da vida democrática do nosso estado. Tal reconhecimento é ratificado pela mobilização para aprovação do Plano Nacional da Educação e na inclusão da Educação Básica como capítulo importante no Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

No entanto, apesar destes importantes avanços, as mais diversas avaliações realizadas, tanto em nível nacional quanto internacional, demonstram que a qualidade da educação brasileira está aquém das necessidades de nosso tempo e daquilo que merecem e precisam os cidadãos brasileiros. É perfeitamente sabido que, se avançamos na inclusão e permanência das crianças e jovens na escola, ainda há muito que avançar no que se refere à oferta de uma escola de qualidade para todos. Outras dimensões do problema têm sido tratadas por especialistas e remetem a níveis também essenciais no processo de transformação de nossa educação. Ressalto aqui aos diagnósticos que colocam no cerne da aprendizagem a eficiência, sem desconsiderar os demais fatores, as questões relacionadas à gestão da educação e do trabalho docente.

A gestão da educação, compreendida numa dimensão ampla, que contém e excede as unidades escolares, requer a criação, manutenção e dinamização das

condições de ensino-aprendizagem, nos vários níveis e nas diferentes etapas e modalidades de ensino público e particular, nas instituições escolares e não escolares envolvidas com a educação, em espaços diversificados que exigem flexibilidade e pluralidade de gestores, como a sala de aula, as bibliotecas, os laboratórios, os espaços de lazer e recreação, as atividades e eventos voltados para o aprimoramento do trabalho educativo, o espaço virtual, etc.

Da mesma forma, a função do professor, que ainda mantém sua centralidade no processo de ensino-aprendizagem, precisa ser constantemente reavaliada e "redesenhada", para continuar dando conta dos desafios que se apresentam no dia-a-dia desse profissional e que vão muito além da sala de aula. Embora essa mesma sala de aula já tenha se tornado num elemento novo, de difícil manejo por parte do professor, em razão da inserção de novas tecnologias e sociabilidades que afetam diretamente seu cotidiano. Mas, complementarmente, o papel do docente tem sido constantemente atingido pelas exigências de qualificação, de atualização constante de conteúdos e de procedimentos metodológicos, de procedimentos burocráticos, além das exigências do mercado que o levam muitas vezes a não vislumbrar alternativas ou caminhos para dar continuidade ou avançar no seu trabalho. Estas condições, somadas às já conhecidas deficiências como a falta de condições de trabalho e baixos salários, têm contribuído para o agravamento do quadro em Minas Gerais, chegando-se a um estado quase alarmante de falta de profissionais ou pelo menos de falta destes devidamente qualificados para o desempenho de suas funções.

Sabemos que, hoje, há pouca interação orgânica e sistemática entre as instituições de fomento, os órgãos de gestão e os pesquisadores na definição das necessidades de conhecimento dos sistemas de ensino. Tanto a nível federal quanto estadual, o que se observa é que, ora há a prioridade à definição dos temas pelos pesquisadores, ora pelos órgãos de gestão e muito raramente há encontros sistemático~~s~~ para uma definição conjunta destas prioridades.

Por outro lado, o Plano Nacional de Educação se propõe a criar condições para o efetivo estabelecimento de um Sistema Nacional de Educação para o país, bem como o Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação defende que os avanços

científicos e tecnológicos necessários à inovação e ao desenvolvimento social sustentável dependem fortemente de uma educação básica de qualidade.

Neste cenário, criar políticas públicas que tenham por vetor organizar um programas de Pesquisa para Educação, articulado às iniciativas do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, podem promover um conjunto de ações que visem conter a dispersão das pesquisas, tendo em vista a possibilidade de permitir que tais investigações tragam maior impacto a educação básica, a exemplo da experiência exitosa do Edital Pesquisa em Educação Básica, lançado em 2012, em parceira da FAPEMIG e CAPES, cujo o objetivo foi "apoiar financeiramente projetos de pesquisa e de inovação que permitam criar estratégias visando a solução de problemas da educação básica, e a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas da rede estadual de ensino de Minas Gerais nos diversos campos do conhecimento e que sejam aderentes às linhas temáticas definidas". Para retomar ações como esta, será necessária uma comunhão de esforços dos órgãos do governo estadual, como Secretaria Estadual de Educação, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Universidades e a FAPEMIG.

Assim, considerando o atual cenário, bem como estes fatores:

1. A existência de uma base consolidada de pesquisa em educação, representada sobretudo pelos Programas de Pós-Graduação existentes no estado;
2. A dispersão das pesquisas realizadas e seu pequeno impacto no estabelecimento de políticas de educação e na elevação da qualidade da educação mineira;
3. A falta de continuidade e de integração das políticas e ações de financiamento estabelecidas e desenvolvidas pelos diversos órgãos, a exemplo da Secretaria Estadual de Educação e FAPEMIG;
4. A falta de integração entre os órgãos de fomento, de gestão e dos pesquisadores na definição das necessidades de produção do conhecimento para o atendimento às necessidades dos diversos sistemas de ensino.

Desta forma, o estabelecimento de políticas públicas para o estado de Minas Gerais, que articule Educação Básica e Ciência, Tecnologia e Inovação, deve considerar como estratégia uma ação articulada dos atores que participam dos

sistemas no conjunto das etapas que envolvem a produção de conhecimentos sobre e para a educação básica em Minas Gerais, tendo por princípios:

PRINCÍPIOS:

1. Políticas e ações permanentes de pesquisa em educação básica;
2. Articulado com os diversos sistemas e redes de ensino;
3. Articulado com a Ciência, Tecnologia e Inovação;
4. Articulado com as Universidades, em particular com os Programas de Pós-graduação;
5. Projetos interinstitucionais, interdisciplinares e de impacto na qualidade da educação e na formação de recursos humanos para ambos os níveis e diferentes etapas oferecidas nas redes e sistemas de ensino;
6. Financiamento integrado;
7. Ampla disseminação dos conhecimentos obtidos tanto entre os profissionais da educação quanto para o conjunto da sociedade.

Com este horizonte, a articulação entre Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação terá que demarcar as linhas de transversalidade que alinhavaram a formação da educação mineira, ao propor e incorporar as "novas abordagens", os "novos objetos" e os "novos problemas" às pesquisas educacionais, considerando as aproximações/tensões entre os vários espaços assimétricos da realidade estadual e a forma como as questões, ligadas aos problemas educacionais, serão "acomodadas" no decorrer da promoção da educação no interior da sociedade, além de tentar encaminhar ações que visem efetivar melhorias do sistema de ensino do estado. Ou seja, esta articulação estará voltada para estudos, pesquisas e propostas de intervenção, numa perspectiva histórico-crítica e interdisciplinar, envolvendo os problemas relacionados com a Educação Básica de Minas Gerais.